



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

RAICKSON AGOSTINHO DOS SANTOS SILVA

**UM ESTUDO ACERCA DA PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS E CONTADORES
SOBRE APLICAÇÃO DO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO PARA PEQUENAS E
MÉDIAS EMPRESAS**

**JOÃO PESSOA
2019**

RAICKSON AGOSTINHO DOS SANTOS SILVA

**UM ESTUDO ACERCA DA PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS E CONTADORES
SOBRE APLICAÇÃO DO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO PARA PEQUENAS E
MÉDIAS EMPRESAS**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Me. Thamirys de Sousa Correia.

JOÃO PESSOA
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Raickson Agostinho Dos Santos.

UM ESTUDO ACERCA DA PERCEPÇÃO DOS EMPRESÁRIOS E
CONTADORES SOBRE APLICAÇÃO DO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO
PARA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS / Raickson Agostinho
Dos Santos Silva. - João Pessoa, 2019.

65 f. : il.

Orientação: PROF^a ME THAMIRYS DE SOUSA CORREIA.
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Contadores. 2. Empresários de João Pessoa. 3.
Pronunciamento Técnico PME. I. CORREIA, PROF^a ME
THAMIRYS DE SOUSA. II. Título.

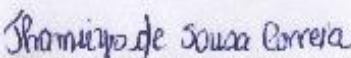
UFPB/BC

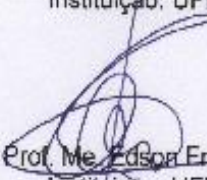
RAICKSON AGOSTINHO DOS SANTOS SILVA

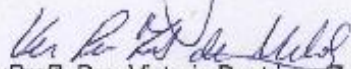
**UM ESTUDO ACERCA DA PERCEÇÃO DOS EMPRESÁRIOS E CONTADORES
SOBRE APLICAÇÃO DO PRONUNCIAMENTO TÉCNICO PARA PEQUENAS E
MÉDIAS EMPRESAS**

Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do TCC em Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba.

BANCA EXAMINADORA


Presidente: Prof. Me Thamirys de Sousa Coreia
Instituição: UFPB


Membro: Prof. Me Edson Franco de Moraes
Instituição: UFPB


Membro: Prof. Dra. Victoria Puntriano Zuniga de Melo
Instituição:

João Pessoa, 19 de Setembro de 2019.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela dádiva da vida, saúde e força, por estar ao meu lado a todo tempo, nos momentos mais felizes e mais difíceis. Além da vida, agradeço por me confiar mais esse desafio, pela família e amigos que me foram concebidos, por sempre me guiar e me ajudar a ser quem sou, pois nada seria sem tê-lo.

Aos professores do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba, que contribuíram para minha formação. Em especial para a professora Thamirys de Sousa Correia, por toda dedicação, paciência e orientação para realização deste trabalho. Muito obrigado.

Aos meus pais, Gilcélia e Edmilson, por todo seu amor e dedicação, a quem devo tudo que sou hoje. Agradeço por estarem sempre comigo quando precisei, por não me deixarem desistir, por sempre me apoiarem e pelos desafios que venceram para criar a mim e a minha irmã nessa jornada dura chamado vida. Obrigado mãe por ser a melhor mãe do mundo. Obrigado pai, pela presença e ensinamentos.

A minha irmã Rossany agradeço por sempre ter se feito presente, pelo carinho e por toda ajuda que possa ter me dado, aprendi muito com você e sempre terei muito orgulho. Ao meu padrinho Ednaldo que sempre me teve amor, paciência e dedicação, meu eterno agradecimento. A minha prima Dayse Steffany, por ser meu porto seguro e por sempre torcer por mim, me enchendo de felicidade e me dando o combustível necessário para continuar sonhando. Amo vocês.

A todos que sempre torceram pela minha trajetória, amigos, pessoas que amo, agradeço pelo companheirismo e por ter feito essa jornada mais leve. Em especial agradeço a Wilmara Lopes por todos os ensinamentos, não apenas acadêmicos, mas de vida, dos quais serei eternamente grato à você e a Tarcizo Yuri, que foi tão importante para a conclusão de mais essa etapa na minha vida, por sua ajuda, pelos ensinamentos, apoio e por ter me feito acreditar que conseguiria alcançar meus sonhos. Não teria conseguido sem vocês.

Em especial aos amigos Mariane Caroline, Vanessa Lima, Gisele Cunha, Marielly Menezes, Dandara Souza, Natasha Rosana, Yohana Moraes, Julia Gomes Lourdinha Lopes, Cássia Monteiro, Antônio Neto, Claudimar Andrews, Naiara Araújo, Giliane Cruz, Robson Leite, Débora Brito, Camila Montenegro, Caius Lacerda, Isabella Jorge, Breno Rebello, Vitor Feitosa e Amanda Mafra, meu muito obrigado por terem me ajudado com seu apoio e amizade.

“Para cultivar a sabedoria, é preciso força interior. Sem crescimento interno, é difícil conquistar a autoconfiança e a coragem necessárias. Sem elas, nossa vida se complica. O impossível torna-se possível com a força de vontade!”

Dalai Lama

RESUMO

Sendo a economia de um país regida, entre outros fatores, pelas transações comerciais existentes, este trabalho atinge uma linha de pensamento em prol de uma gestão simplificada e de uma contabilidade universal e uniforme. Dito isto, órgãos como o *International Accounting Standard Boards*(IASB) e o Conselho Federal de Contabilidade tentaram simplificar as normas internacionais para atender a preocupação em relação às necessidades dos pequenos negócios e assim melhorar a relação custo-benefício ao produzir informação para as entidades governamentais, assim como para tomada de decisão. Esta preocupação emerge de um aumento do número de pequenas empresas que impulsionam o país, gerando renda, riqueza e crescimento. Este trabalho tem como objetivo analisar o nível de conhecimento dos empresários e contadores de João Pessoa ao preparar suas demonstrações de acordo com o Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME). Em vista disso, utilizou-se da aplicação de questionários, tendo o questionário sido elaborado para os empresários e contadores, com intuito de comparar as informações obtidas por ambos. A pesquisa é descritiva e conta com uma amostra total de 38 entrevistados, sendo 32 dos questionários aplicados com empresários, 6 aplicados com contadores e desses contadores foi escolhido um para responder a entrevista. A partir da análise dos resultados, verificou-se que 62,5% dos empresários não tem conhecimento do CPC PME e sequer usam as suas informações como ferramenta de gestão (43,8%), apesar dos contadores terem conhecimento das normas, mesmo que não por completo. Tanto os contadores como os empresários enxergam o papel do contador e da contabilidade para os resultados e para sobrevivência das micros, pequenas e médias empresas, porém 21,9% dos empresários confirmam que existe um distanciamento por parte dos contadores, apesar da maioria dos gestores (43,8%) terem interesse em buscar conhecimento sobre a contabilidade. Nesse contexto, sugere-se uma maior aproximação entre o contador e empresário para que o mesmo consiga criar mecanismos de levar conhecimento sobre os Pronunciamentos Técnicos PME para essas empresas e com isso o empresário contar com informações úteis que otimizem seus resultados e facilitem a condução de seu negócio, além da convergência aos padrões internacionais, o que pode gerar mais investimentos.

Palavras-chave: Contadores. Empresários de João Pessoa. Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME).

ABSTRACT

Being an economy of a country conducted, among other factors, by current taxes, this research reach a line of thought in favor of simplified management and universal and uniform accounting. Thereby, institutions such as the International Accounting Standard Boards (IASB) and the Federal Accounting Council have tried to simplify the international standards to attend concerns about small business needs and after that improve the value for money when information are produced for government entities, as well as for decision making. This concern emerge from an increase in the number of small businesses that drive the country, generating income, wealth and growth. This research aims to analyze the knowledge level of João Pessoa's entrepreneurs and accountants when they prepare their configurations according to the Technical Pronouncement for Small and Medium Enterprises (CPC PME). To do this, a questionnaire and interview was applied with the interviewed, been the questionnaire designed for business owners and accountants, to compare the information displayed by both. This survey is descriptive and contains a total sample of 38 respondents, 32 of which were applied to entrepreneurs, 6 applied to accountants and one of these accountants was chosen to answer an interview. From the analysis of the results, it was found that 62.5% of executives are not aware of CPC PME and don't use this information as a management tool (43.8%), although accountants are aware of the standards, even if not by complete. Both respondents see the role of accountants and accounting for results and survival for micro, small and medium enterprises, but 21.9% of executives confirm that there is a gap on the part of accountants, despite most of managers (43, 8 %) having an interest in seeking knowledge about accounting. In this context, it is suggested a closer approach between the accountant and the entrepreneur so that this can create mechanisms to bring knowledge about the SME Technical Pronouncements for these companies and with this assure the entrepreneur to have useful information that optimizes his results and facilitates the conducting business. Obtain convergence to international standards, generating more investments.

Keywords: Accountants. Entrepreneur of Joao Pessoa. Technical Pronouncement for Small and Medium Enterprises (CPC PME).

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados	33
Tabela 2 - Meios que tomou conhecimento sobre o Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias empresas (possibilidade de marcar mais de uma opção).	34
Tabela 3 - Percepção dos empresários acerca do assunto.....	36
Tabela 4 - O objetivo das demonstrações contábeis para as PME's é:	37
Tabela 5 Divulgação de conformidade com o CPC PME:	37
Tabela 6 - Ao elaborar as demonstrações contábeis a administração deve:	38
Tabela 7 - O conjunto completo de demonstrações de acordo com o CPC PME:	38
Tabela 8 – Forma de mensuração dos estoques:	39
Tabela 9 - Percepção dos contadores e empresários acerca do conhecimento sobre CPC PME	40
Tabela 10 - Percepção dos contadores e empresários sobre conhecimento do CPC PME	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Histórico e cronologia dos principais marcos legais no Brasil rumo à convergência da Contabilidade	20
Quadro 2: Finalidade dos integrantes do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ..	23
Quadro 3: Porte das Empresas dos entrevistados	29
Quadro 4: Estrutura do Questionário Aplicado	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB	Banco Central do Brasil
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
IASB	<i>International Accounting Standard Boards</i>
IASC	<i>International Accounting Standard Committee</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
MPE	Micro e Pequenas Empresas
NBC	Norma Brasileira de Contabilidade
PME	Pequenas e Médias Empresas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	PROBLEMATIZAÇÃO	13
1.2	OBJETIVOS	15
1.2.1	Objetivo Geral	15
1.2.2	Objetivos Específicos	15
1.3	JUSTIFICATIVA	15
2	REVISÃO DE LITERATURA	18
2.1	CONVERGÊNCIA DAS NORMAS AOS PADRÕES INTERNACIONAIS	18
2.1.1	Evolução da convergência contábil no Brasil	19
2.1.2	Pronunciamento contábil para pequenas e médias empresas	21
2.1.3	Harmonização, padronização e convergência das práticas contábeis	22
2.1.4	Comitê de Pronunciamentos Contábeis	23
2.2	NORMAS SIMPLIFICADAS PARA MICROS, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	24
2.3	CONTABILIDADE PARA GESTORES	25
2.3.1	Impactos à profissão contábil	26
2.3.2	Estudos Anteriores	27
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	28
3.2	POPULAÇÃO E AMOSTRA	28
3.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	29
3.3.1	Pré-teste	29
3.3.2	Questionário	30
3.3.3	Entrevista	31
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	32
4.1	BLOCO A – QUESTIONÁRIOS	32
4.1.1	Questionário para os Empresários	32
4.1.2	Correlação entre contadores e empresários	39
4.2	BLOCO B – ENTREVISTA COM CONTADOR	41
5	CONCLUSÃO	43
	REFERÊNCIAS	45
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO CONTADOR	51

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO EMPRESÁRIOS	57
APÊNDICE C – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM CONTADOR	63

1 INTRODUÇÃO

Nessa seção é discutido um breve resumo do que será discutido neste trabalho, abrangendo os principais acontecimentos ocorridos, assim como os motivos que levaram a construção dessa pesquisa e também qual foi o principal objetivo, sendo dividida pela problematização, objetivos e justificativa.

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

No Brasil os pequenos negócios são apresentados de forma significativa, o que revela potencial de geração de renda. Em 2018, o número de pequenos negócios (microempreendedores individuais, as micro e as pequenas empresas) representava 98,5% das empresas e estima-se que sejam criadas 1,5 milhão de novas empresas no ano de 2019 (SEBRAE, 2018). Com isso, é importante dar atenção para as informações geradas por essa parcela do mercado a fim de atender seus *stakeholders* e garantir um ambiente propício ao seu crescimento.

Ao passo que essa prática de empreendimento cresce, nasce uma preocupação com o desenvolvimento e sobrevivência dessas empresas, sendo discutido na Constituição Federal da República Federativa do Brasil, no artigo 179, tratamento diferenciado às microempresas a fim de incentivar seu crescimento por meio da simplificação das suas obrigações (BRASIL, 1988).

Os pequenos negócios tendem a ter muitos desafios em suas trajetórias, sendo um dos principais o alto índice de encerramento de suas atividades. Esses encerramentos podem ser causados pela falta de uma boa gestão, dificuldade ou impossibilidade de obter crédito, assim como, problemas de ordem fiscal ou tributária e também a falta de preparo dos gestores (SANTOS; VEIGA, 2014).

Diante disso, o *International Accounting Standards Board* (IASB), criado pela Fundação Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade (IASC) assumiu a responsabilidade de criar um padrão universal para melhorar a interpretação das informações. O processo de internacionalização ocorreu após a emissão das normas internacionais de contabilidade (IFRS) intitulada como IFRS 1 (um), com o objetivo de melhorar e padronizar a informação contábil e assim facilitar a sua interpretação e comparação (ALMEIDA *et. al.*, 2014).

Em 2009, foram emitidas as normas internacionais chamadas de IFRS para Pequenas e Médias empresas (IFRS for SME) . No Brasil essa norma foi tratada através do Pronunciamento técnico contábil para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME) aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução nº 1.255/2009 e entrou em vigor em 01/01/2010 (IUDÍCIBUS et al., 2013).

Em Dezembro de 2009, foi aprovada a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias empresas, responsável pela emissão de normas, interpretações e comunicados técnicos com intuito de conversão às Normas Internacionais de Contabilidade. São definidos também exigências de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação das demonstrações contábeis.

Adiante, em 2012 o Conselho Federal de Contabilidade aprovou através da Resolução CFC Nº 1.418/12 a ITG 1000, Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Essa resolução passou a ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2012, na qual estabelece critérios e procedimentos simplificados que devem ser adotados pelas entidades que estão abrangidas pela NBC TG 1000.

Segundo SALOTTI *et al* (2015), as normas internacionais no Brasil contam com várias virtudes, seja pela sua implementação que tem causado uma revolução assim como seus desafios. No que tange aos desafios, destaca-se a ordem conceitual e cultural, tanto pela transição de uma contabilidade voltada para a legislação tributária (*code law*) para uma contabilidade mais informativa e focada (*common law*) como também pelos desafios comportamentais e jurídicos.

Segundo Figueiredo, Martins e Rodrigues (2016), estudos mostram que os padrões internacionais não são adotados pela maioria das Pequenas e Médias empresas e que existem obstáculos que corroboram para esse resultado. Ainda é necessária avaliação da relação custo-benefício, visto a falta de conhecimento da percepção de gestores quanto à utilidade das informações para a tomada de decisão.

Nesse contexto, entender a importância da internacionalização deve ser ponto de discussão dos impactos causados na sobrevivência das empresas abrangidas pela NBC TG 1000. Portanto, surge o seguinte problema de pesquisa: Qual o nível de conhecimento de empresários e contadores da cidade de João Pessoa ao preparar suas demonstrações de acordo com o Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias Empresas?

Este trabalho está estruturado em cinco seções, começando por esta introdução, compondo a primeira parte; em seguida, a revisão de literatura que trata da convergência aos padrões contábeis, normas simplificadas para pequenas e médias empresas, contabilidade para gestores e estudos anteriores; a terceira seção apresenta os aspectos metodológicos do trabalho; na quarta podemos ver a análise dos resultados da pesquisa; e por fim na quinta seção encontra-se as considerações finais, referências e em seguida os apêndices.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o nível de conhecimento dos empresários e contadores de João Pessoa ao elaborar suas demonstrações de acordo com o Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias Empresas.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Identificar o entendimento dos empresários e contadores sobre os pronunciamentos técnicos contábeis.
- Caracterizar se os contadores têm proporcionado conhecimento adequado sobre os pronunciamentos técnicos aos empresários.
- Relatar a existência de utilização do CPC PME na elaboração das demonstrações contábeis e dos serviços prestados a essas empresas.

1.3 JUSTIFICATIVA

O processo de internacionalização é um tema abrangente e vem sendo discutido por alguns autores. Dentre eles, Melshon (2006) e Figueiredo, Martins e Rodrigues (2016) analisaram o processo de convergência das pequenas e médias empresas aos padrões internacionais e os obstáculos quanto à adoção do CPC PME. Os autores destacam a importância das empresas se prepararem para o processo de internacionalização das normas, buscando entender suas exigências e necessidades, além de que em relação aos contadores, ainda há deficiência no

entendimento das normas e consequentemente no ensino da contabilidade. Diante disso as empresas podem ter dificuldades e com isso não adotar os pronunciamentos técnicos contábeis.

A pesquisa de G. M. Santos (2012) buscou entender quais são os principais fatores que influenciam os escritórios contábeis na preparação, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis de acordo com o CPC PME. Como resultado foi observado que existem diversas dificuldades na implementação, seja por influência de regras fiscais, falta de estrutura ou custo. O fato de não existir punição casos empresários não adotem das normas é apontado como causa da protelação do cumprimento do disposto pronunciamento.

Para entender a importância da conversão das demonstrações contábeis às normas internacionais observamos que, segundo Padoveze, Benedicto e Leite (2011) informações sobre o desempenho econômico-financeiro devem ser divulgadas com respaldo de normas contábeis de alta qualidade que garantam a comparabilidade dos resultados das empresas e a compreensão de todos os seus usuários, inclusive os estrangeiros.

Estudos como os de Larson e Street (2004), Jermakowicz e Gornik-Tomaszewski (2006) apresentam que os obstáculos para implementação do IFRS nas economias emergentes se dão pela falta de especialização, legislação fiscal e falta de recursos (ALBU *et al.*, 2013). Observa-se no Brasil uma estrutura jurídica ainda baseada no sistema *code law*, o que pode dificultar tal processo.

Com o intuito de caracterizar melhor a percepção dos empresários e contadores acerca da aplicação dos pronunciamentos técnicos esse trabalho contará como diferencial observar a relevância das normativas para os empresários, com isso analisar a sua perspectiva e a importância do pronunciamento e contabilidade para a sobrevivência das micros, pequenas e médias empresas.

A pesquisa foi desenvolvida e aplicada na cidade de João Pessoa, capital Paraibana, através de uma amostra não probabilística. Ao observarmos os serviços prestados pelos contadores, poderemos perceber as necessidades encontradas pelos seus clientes, caracterizando como os contadores contribuem com informação útil para o negócio. Além disso, esse estudo irá possibilitar uma maior compreensão não só do processo de internacionalização e sua importância, mas o papel que ambos, contador e empresário, têm no sucesso dessas empresas.

Em relação aos desafios, a dificuldade de acesso aos empresários de organizações de médio e pequeno porte foi o limitador da pesquisa, além da disponibilidade dos seus contadores para contribuir com o comparativo. Contudo, a pesquisa foi realizada em sua maioria com microempresários que também podem se beneficiar com a conscientização dos pronunciamentos técnicos para pequenas e médias empresas, pois se acredita na capacidade de crescimento e que poderão vir a atingir o porte de pequena e até média empresa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção encontra-se uma revisão da literatura existente com assuntos que foram discutidos por diversos autores sobre o tema estudado, sendo dividido nos seguintes tópicos: convergência das normas aos padrões contábeis internacionais; normas simplificadas para micros, pequenas e médias empresas; contabilidade para gestores; e estudos anteriores.

2.1 CONVERGÊNCIA DAS NORMAS AOS PADRÕES INTERNACIONAIS

Com o desenvolvimento da contabilidade ao longo dos anos e adoção de práticas contábeis em diversos países, gerou-se a necessidade da padronização dos procedimentos contábeis. Com isso, segundo Barth *et al* (2008) as normas internacionais de contabilidade (IFRS) foram desenvolvidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) com o objetivo de melhorar a informação contábil, sendo assim capaz de refletir o desempenho e posição econômica da empresa, auxiliando a tomada de decisão por parte dos investidores.

A não uniformidade de práticas contábeis entre países trazem prejuízos à comparabilidade das informações, dificultando a interpretação de relatórios (LEMES e CARVALHO, 2004), com isso, a busca pela convergência se tornou mais atrativa, discutindo novos padrões (EL HAJJ e LISBOA, 2011).

Dentre isso, a contabilidade do Brasil sofreu diversas mudanças e passou a ser entendida sua importância em diversos âmbitos. Pode-se observar que esta é tida como principal sistema de informação das organizações e com isso se torna de grande valia para realização de controle do patrimônio, uma vez que propicia e dá condições para avaliar seus desempenhos e contribuir com os resultados. A maior mudança se dá pelas práticas contábeis, que passaram a contemplar as novas normas (ANTUNES *et. al.*, 2012).

Para a harmonização dessas práticas contábeis, na qual muitas vezes utilizam de critérios únicos de cada país, foi necessário seguir uma linguagem única, universal e de fácil compreensão a todos os usuários destas informações (JOCHEM, 2011). Nesse sentido o Brasil seguiu por uma série de eventos na tentativa de conversão aos padrões contábeis internacionais e conforme adoção de algumas práticas passou a servir como exemplo para alguns países da América Latina.

2.1.1 Evolução da convergência contábil no Brasil

Com a Resolução CFC nº 1.055/2005 iniciou-se o processo de convergência, através da criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Composto por representantes das entidades profissionais e associativas, com objetivo de estudar e divulgar princípios, normas e padrões de contabilidade. Tal processo gerou eficiência e unificou o processo de desenvolvimento e regulação das normas contábeis (ALMEIDA; CARDOSO; CARVALHO; GOMES, 2014).

Em 2006 a Diretoria Colegiada do Banco Central do Brasil em sessão analisou as profundas transformações no cenário econômico mundial nos últimos anos e decidiu criar ações para promover a convergência das normas de contabilidade e de auditoria em nível internacional, tendo em vista as condições, peculiaridades e estágio de desenvolvimento do mercado brasileiro. Com o comunicado BCB nº 14.259/2006 foi instituído além de ações, um normativo para a elaboração e publicação de demonstrações contábeis consolidadas de acordo com os pronunciamentos do IFAC a partir de 31 de dezembro de 2010 (BANCO CENTRAL, 2006).

A CVM (Comissão de Valores Mobiliários) que é o órgão regulador do mercado de capitais emitiu a instrução CVM Nº457, que considerou a necessidade da convergência e que aprovaram alguns pronunciamentos ajustados aos padrões internacionais. As leis 11.638/2007 e 11.941/2009 alteraram e introduziram novos dispositivos na Lei nº 6.404 (Lei das sociedades por ações) o que resultou em mudanças sobre as práticas contábeis brasileiras, convergindo para práticas contábeis internacionais, emitidas pelo IASB (BRASIL, 2009).

No Brasil o Conselho Federal de Contabilidade usou como base a emissão do IFRS for SME para a emissão do Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias empresas (CPC PME) que foi aprovado na forma da Resolução 1.255/09 e entrou em vigor a partir de 01/01/2010 (IUDÍCIBUS *et. al.*, 2013).

Com esta resolução, foi aprovada a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas que foi alterada e consolidada em 2016 como NBC TG 1000 (R1). Tais normas foram emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com interpretações e comunicados técnicos em consonância com as normas internacionais. Posto isso, no

Quadro 1 podemos verificar um panorama geral do histórico dos principais marcos legais desse processo no Brasil:

Quadro 1: Histórico e cronologia dos principais marcos legais no Brasil rumo à convergência da Contabilidade

Resolução CFC nº 1.055/2005	Constitui o Comitê de Pronunciamento Contábil que será o responsável por emitir as normas internacionais no Brasil.
Comunicado BCB nº 14.259/2006	Comunica procedimentos para a convergência das normas de contabilidade e auditoria aplicáveis às instituições financeiras e às demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN com as IFRS promulgadas pelo International Federation of Accountants (IFAC).
Instrução CVM nº 457/2007	Exige que as companhias abertas adotem as IFRS em suas demonstrações contábeis consolidadas, integralmente, a partir de 2010.
Lei nº 11.638/2007	Altera a Lei nº 6.404/1976 e pode ser considerada como ponto de partida para a convergência.
Portaria 184 do Ministério da Fazenda (26/08/2008)	Convergência da Contabilidade Pública (IPSAS).
Lei nº 11.941/2009	Antiga Medida Provisória nº 449, que traz questões fiscais e algumas implicações contábeis rumo à convergência.
Resolução CMN nº 3.786/2009	Exige que os bancos adotem as IFRS em suas demonstrações contábeis consolidadas, integralmente, a partir de 2010.
Decreto nº 6.976/2009	Adoção das IPSAS, normas internacionais de contabilidade pública. Cronograma: 2012 – União e Estados, 2013 – Adoção pelos Municípios, e 2014 – Consolidação de Contas Nacionais.
Resolução CFC nº 1.255/2009	NBC TG 1000. Exige que as demonstrações contábeis de Pequenas e Médias Empresas sejam desenvolvidas em conformidade com o CPC PME*.
Lei nº 12.249/2010	Define competências para o CFC fiscalizar a profissão, aplicar o exame de suficiência e emitir normas de contabilidade.

Fonte: ALMEIDA *et. al.* (2014, p.9)

Em 2012 o Conselho Federal de Contabilidade aprovou a Interpretação Técnica Geral (ITG) nº. 1.000, modelo contábil para microempresa e empresa de pequeno porte com objetivo de estabelecer critérios e procedimentos simplificados para este ramo de empresas cujo faturamento anual deve ser inferior a R\$

3.600.000,00, limite estabelecido nos incisos I e II do art. 3º pela lei complementar nº. 123/06, auxiliando a adequação dessas empresas (CFC, 2012).

A lei complementar nº. 123 de 14 de dezembro de 2006 estabelece normas gerais para o tratamento diferenciado e favorecimentos pela dispensa às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito de recolhimento de impostos, entre outros assuntos como cumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias, acessos ao crédito e cadastro único de contribuintes (BRASIL, 2006).

Esta lei foi alterada pela Lei complementar nº. 147, de 7 (sete) de agosto de 2014, conhecida como Lei Geral da MPE, na qual publicou o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituindo o regime jurídico para tratamento desse segmento previsto na Constituição Federal (BRASIL, 2014).

2.1.2 Pronunciamento contábil para pequenas e médias empresas

A contabilidade tem por objetivo atender às necessidades dos usuários de forma clara e objetiva, não se resumindo a fazer por fazer. A função da contabilidade é bem ampla, na qual é responsável pelo fornecimento de informações de caráter operacional e não somente financeiro (LOPES; MARTINS, 2007).

Segundo Lunardi, Dolci e Maçada (2010), as pequenas e médias empresas possuem problemas únicos e, portanto merecem pesquisas específicas para tentar solucionar essas questões. Além disso, elas possuem um alto índice de incerteza em seu ambiente, o que dificulta o gerenciamento de empresas que são desprovidas de uma visão mais estratégica do negócio, por não perceberem a necessidade de buscar soluções que amenizem essas instabilidades.

O objetivo da aprovação do Pronunciamento Técnico CPC PME foi de transformar em uma linguagem única as diversas práticas contábeis para que fossem aceitas em diversos países, com intuito de melhorar a comparabilidade das informações entre eles (MENEZES; LUZ; CARVALHO; CAVALCANTI, 2014).

Prado *et al* (2011) lembra que a partir de 2010 as empresas atingidas pelo CPC PME e que não tenham obrigação pública de prestação de contas e ainda que não tenham ações na Bolsa de Valores, independente da sua forma jurídica, estão obrigadas a elaborar seus relatórios de acordo com as orientações do pronunciamento técnico para pequenas e médias empresas.

Com a aplicação do CPC PME as empresas devem apresentar uma declaração explícita e não reservada, em suas notas explicativas, que estão em conformidade com o pronunciamento, atendendo a todos os itens contidos pelo mesmo, garantindo assim total atendimento aos requerimentos da norma necessários para sua adoção (CPC PME, 2011).

Nesse sentido, Baldarelli *et al* (2012) discute que o processo de harmonização, conferido pela lei 11.638/2007, não é tarefa fácil, principalmente no caso das PME, por conta das necessidades informacionais dos usuários e os custos de preparação dos relatórios contábeis. Também destaca que os aspectos culturais, diferenças institucionais, ambientais, de mercado e tributação e até mesmo a busca por sobrevivência pode influenciar a adoção e utilização das *IFRS for SMES*, trazidas na forma do CPC PME.

2.1.3 Harmonização, padronização e convergência das práticas contábeis

Perez Junior (2009, p.4) apresenta os seguintes conceitos para um melhor entendimento do processo de harmonização:

Padronização: Consiste na adoção de regras mais rígidas, sem flexibilização. Caso o processo mundial fosse de padronização, as normas internacionais deveriam ser traduzidas e aplicadas sem qualquer ajuste.
Harmonização: Busca amenizar as diferenças internacionais. Este é o processo que está sendo aplicado. Os pronunciamentos internacionais são traduzidos e adaptados às características de cada país, sem, entretanto, perder as características básicas de cada pronunciamento.
Uniformidade: Com a harmonização mundial das normas contábeis as demonstrações contábeis de vários países serão comparáveis porque estarão uniformizadas de acordo com o padrão internacional, porém respeitando as características de cada país.
Convergência: Processo de implementação das normas internacionais em cada país.

A harmonização contábil é um processo onde são realizadas mudanças nos sistemas e normas contábeis de vários países em comum acordo para melhorar a comparabilidade entre elas, partindo da teoria geral de contabilidade e ainda sim respeitando as características de cada país (AMENÁBAR, 2001). A padronização por sua vez é um processo rígido e que exige adoção por completa dos requisitos sem analisar a particularidade de cada país, podendo existir diversas barreiras para não conversão das normas.

No Brasil a harmonização foi considerada através da Lei nº 11.638/2007, sendo originada pelo Projeto de Lei nº 3.741/2000, por esforços da CVM e do Executivo no qual teve como finalidade inibir barreiras regulatórias que impediam a conversão total das companhias abertas ao modelo contábil internacional (MENEZES *et. al.*, 2014).

O processo de convergência tem ocorrido em três fases: 1ª fase: exigir conjunto completo das normas contábeis internacionais das companhias de capital aberto; 2ª fase: exigir conjunto completo das normas contábeis internacionais das companhias de capital fechado e de grande porte; 3ª fase: exigir conjunto adaptado e menos complexo das normas contábeis internacionais das pequenas e médias empresas (PADOVEZE; BENEDICTO; LEITE, 2011).

2.1.4 Comitê de Pronunciamentos Contábeis

O comitê de Pronunciamentos Contábeis foi fundado de acordo com Azevedo (2010) por uma união e comunhão dos seguintes órgãos elencados no quadro 2, com seus respectivos objetivos.

Quadro 2: Finalidade dos integrantes do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (Continua)

Órgão	Objetivo
ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas	Fundada em 1971, cuja principal missão é a defesa das posições das companhias abertas. Órgão comprometido com o desenvolvimento dos mecanismos do mercado de capitais e com a disseminação de informações sobre os principais títulos.
CFC - Conselho Federal de Contabilidade	Criado pelo Decreto-lei nº 9.295/46, o CFC é uma autarquia de caráter corporativo sem vínculo com a Administração Pública Federal. Conta com 27 conselheiros e tem como finalidade orientar, normatizar e fiscalizar o exercício da profissão contábil.
APIMEC NACIONAL – Associação Nacional dos Analistas e profissionais de Investimentos do Mercado de Capitais	Criado em 1970, é uma entidade com foco no desenvolvimento do mercado de capitais, composta de pessoas físicas.
IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil	Fundado há mais de 40 anos, o instituto atua com ênfase em: discutir, desenvolver e aprimorar as questões éticas e técnicas dos auditores e contadores, assim como atuar como porta-voz dessas categorias; auxiliar na difusão e na correta interpretação das normas que regem a profissão; atuar também no conjunto as atividades de ensino colaborando para o aprimoramento da formação profissional.

Quadro 2: Finalidade dos integrantes do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (Conclusão)

FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras	Fundada em 1974 por professores da USP para atuar como órgão de apoio institucional ao Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA e tem como objetivo realizar pesquisas, desenvolver e promover a divulgação de conhecimentos da área contábil, financeira e atuarial além de contribuir com incentivos na formação acadêmica dessas áreas.
BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias & Futuros	Criada em 2008 com a integração entre Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F) e Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA) formaram a terceira maior bolsa de valores do mundo. Oferece para negociação ações, títulos e contratos referenciados em ativos financeiros, índices, taxas, mercadorias e moedas nas modalidades a vista e de liquidação futura.

Fonte: Elaborado pelo autor com informações obtidas pela página do cpc.org.br (2019).

Além da comunhão de objetivos e esforços dessas entidades, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) conta com entidades convidadas, sendo elas: O Banco Central do Brasil (BCB); Confederação Nacional da Indústria (CNI); Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN); Receita Federal do Brasil (RFB); e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

2.2 NORMAS SIMPLIFICADAS PARA MICROS, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

A Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TG 1000, aprovada pela Resolução CFC nº 1.255/09 estabeleceu parâmetros específicos para pequenas e médias empresas, como registro e evidenciação contábil, trazendo normas simplificadas para organizações de tal porte.

Foi aprovada também a ITG 1000, resolução CFC nº 1.418/12 como Modelo Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Modelo de domínio público e que discute definições, escrituração, critérios e procedimentos contábeis, demonstrações contábeis, plano de contas simplificados e outros assuntos relevantes à essas entidades (ITG 1000, 2012).

Após a Interpretação Técnica Geral Nº 1.000, a qual levou em consideração o porte e as atividades realizadas por essas entidades, obter aprovação da norma pelo Plenário do Conselho Federal de Contabilidade, foi desenvolvido um texto denominado de “exposição de motivos sobre a ITG 1,000”, com intuito de justificar os preceitos que levaram à conclusão do seu texto final.

Com a aprovação dos Pronunciamentos Técnicos para as Pequenas e Médias Empresas, o conjunto de demonstrações contábeis foi simplificado, tendo de acordo com o CPC PME (2011), como objetivo oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (demonstração do resultado) e fluxos de caixa da entidade, sendo útil para a tomada de decisões.

Segundo a Resolução CFC nº 1.418 (2012, p.2), enquadram-se nesse pronunciamento as companhias de capital fechado e sociedades que não sejam requeridas a fazer prestação pública de suas contas, a que se refere o Art. 966 da Lei nº 10.406/02, e que sua receita esteja em concordância com os limites previstos nos incisos I e II do Art. 3º da lei complementar nº. 123/06.

De acordo com Mundo (2013) existe um longo caminho a ser traçado para aplicação plena das normas do CFC, principalmente nas menores empresas, pois ao realizar seu estudo para verificar como as organizações contábeis da região Sul de Santa Catarina estão caminhando para convergência com ênfase na ITG 1000 foi constatado que existe divergência na adaptação dos municípios, mesmo os entrevistados sendo aptos para aplicabilidade da norma.

O Pronunciamento Técnico PME é uma versão simplificada, pois possui tratamento diferencial e único. Sendo assim, um texto simplificado em que foram eliminados princípios sobre operações complexas e que muitas vezes não faziam parte das atividades das empresas de pequeno e médio porte. A simplificação das normas se deu pela facilitação dos reconhecimentos e mensurações, além de reduzir o volume e complexidade das informações requeridas (SANTOS, 2018).

2.3 CONTABILIDADE PARA GESTORES

Visto a evolução da contabilidade e o crescimento do mercado de micro, pequenas e médias empresas o profissional da área contábil pode perceber de seus clientes o seu nível de entendimento em relação às demonstrações contábeis ou até mesmo de regulamentos necessários para gerir seus negócios e dedicar tempo para instruí-los de como utilizar aquelas informações na gestão (CANECA *et. al.*, 2009).

A necessidade de informação para qualquer empreendimento é considerado importante e deve ser tida como auxiliadora no controle operacional das empresas. Alguns pesquisadores como Miranda *et al.*(2008), Umbelino (2008) e Caneca (2008)

conseguiram mostrar que os gestores estão dispostos a pagar por esse tipo de informação e assim confirmam a importância dessa informação.

Por outro lado, diversos estudos (LIMA *et al.*, 2004; CALLADO *et al.*, 2003; MARRIOT E MARRIOTT, 2000; NUNES E SERRASQUEIRO, 2004; OLIVEIRA *et al.*, 2000) mostram que as informações sobre os aspectos tributários e fiscais ainda são as mais oferecidas pelos contadores para as PMEs, mostrando um distanciamento entre o contador e os gestores no que diz respeito a necessidade de informações que melhore o cenário dessas empresas e que as mesmas venham a investir mais na informação contábil, sendo útil para a gestão.

2.3.1 Impactos à profissão contábil

No que tange a evolução das ciências contábeis, duas grandes correntes teóricas envolvem suas interpretações: *Code Law* e *Common Law*. Pesquisadores da área, analisando os efeitos das origens legais dos países afirmam que a contabilidade *Common law* é caracterizada por uma visão justa, transparente e voltada para o mercado de capitais, para atender as necessidades dos acionistas. Já a contabilidade dos países *Code law* é baseado por um sistema de leis, evidenciando apenas o que é determinado, tendo um alinhamento entre a contabilidade financeira e fiscal (JAGGI; LOW, 2000; NOBES, 2006).

Por sua origem ser anglo-saxônica, as normas internacionais carregam de forma conceitual o sistema *Common Law* (BOTZEM; QUACK, 2009). Como no Brasil, muitos países estão em processo de convergência mesmo estando em um sistema jurídico baseado no *Code law*., parte dessa mudança influenciará a visão dos contadores, assim como necessidade de se adaptar às novas normas.

Apesar de legislações e regimes de um país influenciarem na formação dos profissionais, o estudo de Carmo, Ribeiro e Carvalho (2011) revelou que as barreiras legais não impedem a conversão aos padrões internacionais, uma vez que não influencia na opinião sobre a aceitação das normas pelos profissionais envolvidos com o processo contábil. Isso leva a concluir que as opiniões profissionais ao redor do mundo convergem para um objetivo comum, contribuindo para melhoria dos relatórios financeiros e de uma contabilidade unificada.

2.3.2 Estudos Anteriores

Estudos anteriores buscaram entender a importância da contabilidade e do contador para as micros, pequenas e médias empresas, assim como suas percepções acerca dos Pronunciamentos Técnicos Contábeis e sobre a convergência aos padrões internacionais, contribuindo para seu desenvolvimento e debate e adoção de melhorias.

Gonçalves e Coutinho (2018) realizaram um estudo sobre a abordagem da contabilidade como ferramenta essencial para as Micro e Pequenas Empresas para planejamento e tomada de decisões. Como resultado, verificou-se que a contabilidade exerce papel fundamental para obtenção de resultados operacionais e planejamento de uma gestão eficiente, tendo o contador papel importante de fornecer informações adequadas destinadas a contribuir esse processo, uma vez que a contabilidade proporciona uma percepção de negócio com maior integridade.

Em relação à percepção dos contadores, Trazzi e Martins (2018) analisaram o nível de conhecimento desses profissionais sobre o Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias Empresas e concluíram que a maioria dos profissionais que participaram da pesquisa não detém conhecimento e não sabe avaliar os custos e benefícios de sua adoção, fator pelo qual eles não aplicam, mesmo entendendo que o maior benefício da aplicação conforme as normas internacionais seria a melhoria no nível de comparabilidade e confiabilidade das demonstrações contábeis.

Botinha e Lemes (2016) realizaram uma pesquisa com o objetivo de analisar a implantação das IFRS para PME no Brasil. Como resultado observou-se que as pequenas e médias empresas tem papel importante na economia e se comparado a adoção das IFRS para PME, em outros países existe uma definição muito ampla, dificultando a comparabilidade entre empresas de jurisdições e atividades diferentes. Por outro lado, profissionais acreditam que a norma poderá oferecer redução de exigência, facilitar a linguagem internacional e dar instrumento de avaliação a diversos agentes da cadeia de valor.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos que foram adotados para o estudo estão descritos nessa seção sendo classificados quanto aos objetivos, à natureza da pesquisa, a escolha do objeto de estudo, a técnica de coleta e a técnica de análise de dados.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Os procedimentos metodológicos que foram adotados para o estudo estão classificados da seguinte forma: em relação à abordagem do problema (qualitativa e quantitativa), por meio da coleta de dados buscando analisar os dados obtidos; quanto aos objetivos (descritiva); quanto aos procedimentos (bibliográfica e levantamento), elaborada a partir de material já publicado como: livros, publicações em periódicos, dissertações, e artigos científicos (BEUREN, 2009).

3.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população é composta pelo número de indivíduos que possuem mesmas características para o tema escolhido. A definição da população-alvo tem influência direta sobre a generalização dos resultados, da qual o pesquisador deverá se preocupar com o tamanho e qualidade da amostra. A amostra é parte da população e refere-se ao subconjunto da população a qual pode ser probabilística e não probabilística (SOUZA; FIALHO; OTANI, 2007).

Em relação às amostras Prodanov e Freitas (2013) afirmam que existem alguns tipos de amostragem, na qual a probabilística por definição pode originar uma generalização estatística, por utilizar cálculo estatístico e a não probabilística são compostas de forma intencional ou acidental. São tipos de amostragem não probabilísticos e que podem ser utilizados em trabalhos monográficos: amostras por acessibilidade ou por conveniência; amostras intencionais ou de seleção racional; amostra por cotas, entre outras.

Tendo em vista o cuidado que deve existir na escolha da amostra, e a mesma deve tentar reproduzir resultados semelhantes aos da população, nesse estudo foi utilizado uma amostra não probabilística com 32 empresários e 6 contadores da

cidade de João Pessoa. Foi escolhida de forma aleatória, por conveniência, dependendo da colaboração dos empresários e contadores selecionados e admite-se que representam o universo estudado. No quadro abaixo podemos ver o porte em que se enquadra as empresas dos 32 entrevistados.

Quadro 3 - Porte das Empresas dos entrevistados

Porte	Quantidade
Microempreendedor Individual	3
Microempresa (ME)	22
Pequena Empresa (PE)	6
Média Empresa	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

3.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Nessa seção encontram-se os procedimentos utilizados para coleta e adequação dos dados, tendo sido aplicados nessa entrevista pré-teste, questionário e entrevista. Os resultados foram tabulados e auferidos pelos programas Microsoft Excel e SPSS, apresentados na seção de análise de resultados.

3.3.1 Pré-teste

Mattar (1994) afirma que nos primeiros estágios da pesquisa, ou seja, mesmo que ainda em desenvolvimento, podem ser realizados os pré-testes por meio de entrevista pessoal. Segundo Goode e Hatt (1972) o pré-teste é um ensaio geral e deve ser projetado de forma semelhante ao que será aplicado na hora efetiva para que se possa observar a necessidade de mudanças.

Para ajuste do questionário, com ressalva de que o mesmo não consiga prever todos os problemas ou dúvidas, foi aplicado um pré-teste com três contadores e um empresário. Goode e Hatt (1972) afirmam que nenhum cuidado pode ser dispensado na verificação empírica, não importa quão lógica seja a compreensão sobre o assunto, o pré-teste é vital para analisar como o instrumento de coleta de dados se comporta numa situação real.

O pré-teste contribuiu com novas perspectivas, permitindo traçar um panorama melhor do trabalho de pesquisa e auxiliar no ajuste das perguntas,

melhorando a linguagem utilizada, contribuindo para a compreensão dos entrevistados.

3.3.2 Questionário

O questionário é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo entrevistado a fim de obter respostas para os problemas do estudo. O questionário é elaborado pelo pesquisador utilizando linguagem simples e direta para que o respondente compreenda com clareza o que está sendo perguntado (BEUREN, 2009).

Foi aplicado um questionário direcionado aos Empresários do município de João Pessoa (PB) e um segundo questionário abrangendo alguns contadores com a finalidade de confrontar as informações obtidas e analisar os dois ambientes, extraíndo informações relevantes ao estudo. Com essas informações foi permitido alcançar uma visão generalizada das necessidades e particularidades de ambos os agentes e assim gerar possíveis soluções para os desafios encontrados.

O questionário foi composto de perguntas fechadas, sendo utilizada a escala Likert por possuir um nível maior de nuance podendo analisar diferentes graus de concordância. Com essa ferramenta pode-se descobrir o nível de conhecimento dos respondentes, que irá variar entre concordância total, neutralidade ou discordância da afirmativa e com isso o *feedback* recebido será melhor interpretado facilitando a utilização dos resultados e analisando a relevância das perguntas propostas.

A escala de Likert foi desenvolvida por Rensis Likert (1932) com intuito de mensurar atitudes no contexto das ciências comportamentais e desde então tem sido o modelo mais utilizado e debatido entre os pesquisadores. A escala busca verificar um conjunto de afirmações dos quais os respondentes irão afirmar seu grau de concordância.

Foi utilizado como base os artigos de Figueiredo, Martins e Rodrigues (2016) e replicada perguntas propostas na pesquisa de Menezes *et. al.* (2014) para elaboração do questionário, sendo extraídas algumas questões e adaptando-as para as necessidades desta pesquisa. No quadro 3 podemos ver as seções que foram divididas os questionários.

Quadro 4 - Estrutura do Questionário Aplicado

Blocos	Finalidades
Bloco I	Perfil do Entrevistado
Bloco II	Percepção acerca do assunto
Bloco III	Conhecimentos sobre o CPC

Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

3.3.3 Entrevista

A entrevista é uma técnica de coleta de dados que é orientada por uma conversa para atingir um objetivo definido, sendo capaz de extrair dados que levem a uma maior compreensão sobre o campo estudado (BEUREN, 2009). Para contribuição do presente estudo foi escolhida a entrevista semiestruturada para compor parte da pesquisa e obter informações relevantes ao estudo, sendo aplicado a uma amostra de um contador na cidade de João Pessoa.

A entrevista semi-estruturada é dada quando questionamentos básicos são apoiados em hipóteses que são relevantes à pesquisa e por ser mais versátil, esses tipo de pesquisa permite que o entrevistado possua mais liberdade de estabelecer uma linha de raciocínio contando suas experiências cotidianas, podendo relatar assim pontos que poderiam ser melhorados e influenciar a elaboração da pesquisa (TRIVIÑOS, 1987).

A entrevista foi aplicada com 1 (um) contador extraindo as respostas do pesquisado através de perguntas simples, com as quais pode ser entendido a percepção sobre o assunto e deixando-o livre para dar sua opinião acerca do assunto estudado.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Mediante análise dos resultados obtidos, estes apresentam um total de 38 (trinta e oito) respondentes, sendo 32 (trinta e dois) empresários do município de João Pessoa, além de 6 (seis) contadores responsáveis por seus escritórios, situados no mesmo município,

Esta seção apresenta os resultados em dois blocos, sendo o bloco a referente aos questionários aplicados, tanto com empresários quanto contadores e bloco b referindo-se a entrevista feita com um dos contadores entrevistados.

4.1 BLOCO A – QUESTIONÁRIOS

Neste bloco encontram-se a análise dos dois tipos de questionários, tanto para os empresários quanto para os contadores, como também uma seção direcionada para análise conjunta de alguns contadores aos seus respectivos clientes.

4.1.1 Questionário para os Empresários

A pesquisa revelou que dos 32 respondentes 68,7% são do sexo masculino e 31,3% do sexo feminino. O empresários estão em sua maioria na faixa etária de 30 a 49 anos (28,1%) e acima de 50 anos (28,1%), seguido da faixa etária de 40 a 49 anos (21,9%), entre 21 e 29 anos (18,8%) e apenas 3,1% está até os 20 anos.

Em relação ao tempo de serviço dessas empresas, observou-se que elas estão entre 01 a 05 anos e 06 a 10 anos (37,4% e 21,9%, respectivamente) e há mais de 11 anos no mercado (31,3%). Apenas 9,4% está até 1 ano no mercado, posto isso, acredita-se que pelo tempo de operação essas empresas estejam estabelecidas no mercado e que seus gestores tenham conhecimento das necessidades tributárias e de demonstração de resultados contábeis.

A pesquisa tem em sua amostra 68,7% de empresários enquadrados no porte de Microempresa, como também 18,8% de empresários de Empresa de Pequeno Porte, 9,4% de microempreendedores individuais e apenas 1 empresa de Médio Porte (3,1%).

Tabela 1 - Perfil dos entrevistados

Variáveis	Categorias	Quantidade	Percentual (%)
Gênero	Feminino	10	31,3
	Masculino	22	68,7
	Outros	0	0
Faixa Etária	Até 20 anos	1	3,1
	Entre 21 a 29 anos	6	18,8
	Entre 30 a 39 anos	9	28,1
	Entre 40 a 49 anos	7	21,9
	Acima de 50 anos	9	28,1
Tempo de Serviço	Até 1 ano	3	9,4
	Entre 01 e 05 anos	12	37,4
	Entre 06 e 10 anos	7	21,9
	Mais de 11 anos	10	31,3
Porte da Empresa	Microempreendedor Individual	3	9,4
	Microempresa (ME)	22	68,7
	Empresa de Pequeno Porte (EPP)	6	18,8
	Empresa de Médio Porte	1	3,1

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Para analisar a percepção dos empresários acerca dos Pronunciamentos Técnicos para Pequenas e Médias empresas (CPC) é preciso entender se os empresários tem conhecimento sobre o mesmo e quais foram os meios pelos quais eles tiveram esse conhecimento. Como resultado, temos que a maioria não possui conhecimento do CPC, chegando a 62,5% do total da amostra, seguido pelos que tiveram conhecimento pela internet, através de artigos, blogs e revistas eletrônicas somando 37,5% e os que tiveram conhecimento através de Palestras e Seminários (9,4%), conforme visto na tabela 2.

Apenas um empresário marcou a segunda opção (3,1%), que seria referente a ter conhecido através de livros, revistas e do próprio CPC PME. Por consequência, acreditar-se que existe desconhecimento dos pronunciamentos técnicos PME e com isso, há necessidade informacional por parte dos empresários sobre os padrões internacionais traduzidos de forma simplificada para as pequenas e médias empresas e das exigências postas pelo mesmo.

Vale ressaltar que nessa tabela foi possível marcar mais de uma opção, tendo sua porcentagem referida ao tanto de respostas em relação ao número total dos 32 respondendo, o que faz com o somatório de todas as afirmativas não seja igual a 100%, sendo tratado de forma separada para cada opção.

Tabela 2 - Meios que tomou conhecimento sobre o Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias empresas (possibilidade de marcar mais de uma opção).

Opção	Quantidade	Porcentagem
Palestras e Seminários.	3	9,4%
Livros, Revistas e Pronunciamento Técnico PME.	1	3,1%
Internet (artigos, blogs e revistas eletrônicas).	12	37,5%
Nenhum dos meios acima.	20	62,5%

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Nas tabelas a seguir encontram-se as perguntas referentes ao bloco II, do qual analisaremos o grau de discordância e concordância com as afirmativas, permitindo analisar a percepção dos entrevistados acerca do assunto.

No que se refere ao assunto da tabela 2 buscou-se entender o grau de concordância em relação ao conhecimento do CPC de forma aprofundada, não apenas resumindo-se aos meios citados, sendo obtido que 53,1% discorda totalmente com tal conhecimento e apenas 3,1% concordou totalmente em ter conhecimento. Observando que o grau de discordância foi menor do que quando citado os meios pelo qual obteve conhecimento, temos que parte dos entrevistados ao retirar os meios exemplificados, possuem conhecimento sobre o referido pronunciamento

De acordo com a pesquisa de Caneca (2009), 1/3 dos gestores sentem falta de contatos mais frequentes com seus contadores, necessitando melhoramento desse ponto visto a importância de uma proximidade com seus clientes. A pesquisa revelou que 25% concordam totalmente e 15,6% concordam parcialmente que os contadores costumam visitar suas empresas e aconselhar por melhorias, revelando um resultado favorável ao visto cerca de 10(dez) anos atrás, porém 21,9% ainda sente falta dessa aproximação.

Em relação à gestão, 43,8% discordam totalmente utilizar as informações contidas no CPC PME, tendo apenas 15,6% afirmado que concorda apenas parcialmente com tal afirmativa. Stroeher e Freitas (2006) obtiveram como

resultados que as informações sobre custos, despesas, margem de lucro e formação de preço de venda são produzidas pelos próprios gestores. Com isso, ao analisarmos os compararmos com os resultados obtidos pode-se analisar que existe uma falta de embasamento técnico pela falta de utilização e entendimento do pronunciamento técnico PME.

Se tratando de obtenção de capital, 34,4% afirmam nunca ter usado de demonstrações para obtenção de capital junto a bancos ou financiadoras, em contra partida 28,1% afirma que já utilizou da contabilidade para esses fins. Com isso, acredita-se que o grau de endividamento dessas empresas por meio de empréstimos seja baixo.

Utilizando métodos estatísticos, Miranda (2008) com sua pesquisa observou que os gestores estão dispostos, mesmo não tendo contrato com o contador para elaborar suas demonstrações, a pagar ao contador por consultorias úteis à gestão ainda que o governo simplificasse os impostos e encargos. Na análise temos que 31,3% dos respondentes afirmam que concordam totalmente que se para a análise de crédito junto a instituições financeiras fosse necessária a elaboração de demonstrações contábeis segundo o CPC PME, adotariam a norma mesmo que para isso incorresse em custos, corroborando para o mesmo resultado.

Em relação ao conhecimento sobre a contabilidade, 28,1% afirmam que não possuíam conhecimento sobre a contabilidade antes de abrir o negócio, seguidos dos que concordam parcialmente (21,9%) e os que concordam totalmente (18,8%). Já no que se refere ao interesse em buscar conhecimento sobre contabilidade, 43,8% afirmam possuí-lo. Tal desconhecimento da contabilidade pode corroborar para resultados de elevação do nível de mortalidade dessas empresas como é discutido em pesquisa de Oleiro e Dameda (2005).

Pesquisas do Bianchi e Bivona (1999), Oleiro e Dameda (2005) apontam que a taxa de mortalidade das pequenas e médias empresas é alta, principalmente se tratando dos primeiros anos de vida, na qual a principal causa foi a falta de capacidade gerencial dos gestores. Ao analisarmos a percepção dos empresários, temos que 56,3% dos entrevistados concordam totalmente que o contador tem papel importante nos resultados da empresa e 65,6% concordam totalmente que a contabilidade exerce papel fundamental para sobrevivência dessas empresas. Em contra partida, se comparando com outros resultados, tais empresários não utilizam do Pronunciamento Técnico PME ou sequer têm conhecimento de seu texto.

No que se refere à percepção dos empresários sobre os Pronunciamentos Técnicos, 62,5% afirmaram que se fosse criado um mecanismo de levar conhecimento aos gestores sobre o CPC PME, isso ajudaria na conscientização e na valorização do trabalho do contador. Com isso, tais empresários indicam que gostariam de obter conhecimento sobre os pronunciamentos e 46,9% afirmam que as normas vigentes não facilitam com a condução do resultado da empresa.

Tabela 3 - Percepção dos empresários acerca do assunto

Resposta em %	1	2	3	4	5
Conhecimento a respeito do CPC.	53,1%	15,6%	18,8%	9,4%	3,1%
Contador costuma visitar a empresa.	21,9%	18,8%	18,8%	15,6%	25,0%
Contador utiliza o CPC PME.	6,3%	9,4%	21,9%	40,6%	21,9%
Utiliza informações do CPC no negócio.	43,8%	21,9%	18,8%	15,6%	0,0%
Já utilizou as demonstrações para obter crédito junto a bancos e financiadoras.	34,4%	6,3%	12,5%	18,8%	28,1%
Adotaria a norma mesmo que incorresse custos para estar em conformidade com CPC.	15,6%	0,0%	25,0%	28,1%	31,3%
Possuía conhecimento sobre contabilidade antes de abrir o negócio.	28,1%	18,8%	12,5%	21,9%	18,8%
Tem interesse em buscar sobre a contabilidade.	6,3%	3,1%	9,4%	37,5%	43,8%
As normas vigentes facilitam a condução do negócio.	46,9%	18,8%	28,1%	6,3%	0,00%
Contador exerce papel importante para os resultados da empresa.	6,3%	9,4%	3,1%	25,0%	56,3%
Contabilidade exerce papel fundamental para sobrevivência dessas empresas.	3,1%	3,1%	9,4%	18,8%	65,6%
Se criado mecanismo para levar conhecimento sobre CPC ajudaria na conscientização e valorização do contador.	0,0%	3,1%	6,3%	28,1%	62,5%

Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Na tabela 4 podemos analisar a percepção dos empresários acerca do objetivo das demonstrações contábeis, que de acordo com o CPC PME é oferecer informação sobre a posição financeira sobre o desempenho (resultado e resultado abrangente), e seu fluxo de caixa.

Como resposta, obtivemos que a maioria (50%) respondeu corretamente, contudo, 34,4% não se sentiram aptos para responder tal afirmativa. Tomando como base os resultados anteriores, acredita-se que apesar do desconhecimento do CPC, parte dos empresários compreendem o objetivo das demonstrações contábeis, mostrando entendimento das exigências de alguns demonstrativos.

Tabela 4 - O objetivo das demonstrações contábeis para as PME's é:

Opção	Quantidade	Porcentagem
Oferecer apenas informação sobre a posição financeira	3	9,4%
Oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), sobre o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxo de caixa.	16	50,0%
Oferecer informações sobre fluxo de caixa e desempenho (resultado e resultado abrangente).	2	6,2%
Não me sinto apto(a) para responder.	11	34,4%

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

No que diz respeito à organização divulgar a sua conformidade com CPC PME, a maioria dos entrevistados não se sentiram aptos a responder (75,0%), porém uma quantidade considerável de 18,8% marcaram a opção correta afirmando que a entidade deve fazer uma declaração explícita e sem reservas dessa conformidade nas suas notas explicativas, confirmado o desconhecimento do pronunciamento.

Tabela 5 Divulgação de conformidade com o CPC PME:

Opção	Quantidade	Porcentagem
Comunicar ao fisco sobre sua conformidade	0	0,0%
Fazer uma declaração explícita e sem reservas dessa conformidade nas notas explicativas.	6	18,8%
Fazer um cadastro na junta comercial declarando estar em conformidade com o CPC.	2	6,2%
Não me sinto apto(a) para responder.	24	75,0%

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

A tabela 6 analisa a percepção a cerca da necessidade da administração (de acordo com o CPC PME) fazer uma avaliação da capacidade da entidade continuar em operação em futuro previsível, tendo sua maioria (37,5%) afirmado que não se sentiam aptos para responder, porém 31,3% marcaram a afirmativa correta e boa parte (25,0%) afirmaram que a administração deveria fazer uma avaliação do controle de atividades da empresa .

Ao se fazer uma avaliação da capacidade da organização continuar em operação, a administração obterá conhecimento de incertezas materiais relacionadas com eventos ou condições que possam atrapalhar no desenvolvimento dessas empresas (CPC PME, 2011). Portanto torna-se importante o conhecimento

dessas informações para que os empresários possam tomar a melhor decisão para o negócio.

Tabela 6 - Ao elaborar as demonstrações contábeis a administração deve:

Opção	Quantidade	Porcentagem
Fazer uma avaliação dos estoques da empresa.	2	6,2%
Fazer uma avaliação da capacidade da entidade continuar em operação em futuro previsível	10	31,3%
Fazer uma avaliação de controle das atividades da empresa.	8	25,0%
Não me sinto apto(a) para responder.	12	37,5%

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Em relação ao conjunto completo de demonstrações contábeis necessárias de acordo com o CPC PME 50,0% dos entrevistados não se sentiram aptos a responder, em contra partida cerca de 34,4% afirmaram corretamente o conjunto completo. Tal resultado demonstra falta de conhecimento por parte desses empresários ao conjunto de demonstrativos exigidos para suas empresas.

De acordo com Menezes *et. al.* (2014), além do Balanço Patrimonial, Demonstração do resultado e do fluxo de caixa, outros demonstrativos são exigidos pelo Pronunciamento Técnico PME, sendo eles Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e elaboração das Notas Explicativas. Apesar da tentativa de simplificação em relação aos normativos para empresas maiores, a elaboração dessas demonstrações permitem informações complementares que são disponibilizadas aos usuários no processo de tomada de decisões, colaborando para obtenção de melhores resultados.

Tabela 7 - O conjunto completo de demonstrações de acordo com o CPC PME:

Opção	Quantidade	Porcentagem
Balanço patrimonial; Demonstração do resultado do exercício; Demonstração das mutações do patrimônio líquido; Demonstração dos fluxos de caixa; Avaliação dos estoques da empresa.	5	15,6%
Balanço patrimonial; Demonstração do resultado do exercício; Demonstração das mutações do patrimônio líquido; Demonstração dos fluxos de caixa; Demonstração do Valor adicionado.	0	0,0%
Balanço patrimonial; Demonstração do resultado do exercício; Demonstração do resultado abrangente; Demonstração das mutações do patrimônio líquido; Demonstração dos fluxos de caixa; Notas explicativas.	11	34,4%
Não me sinto apto(a) para responder	16	50,0%

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Sobre a mensuração dos estoques, a maioria (34,4%) afirmou que não se sentir apto para responder e 25,0% afirmou que deve ser feita pelo preço de compra mais recente. A alternativa correta seria, de acordo com o CPC PME, seria pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, tendo 25,0% dos entrevistados marcado esta opção.

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 16, a regra para fins de mensuração dos estoques é: “valor de custo ou realizável líquido, dos dois o menor”. O cálculo para se determinar o valor realizável líquido se entende pela dedução do preço de venda estimado em condições normais do negócio pelos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para se concretizar a venda. (IUDÍCIBUS *et al.* 2013)

É válido ressaltar que no Brasil, se tratando de custos, a mensuração pela média ponderada móvel, na qual é medida pelo custo médio dos produtos em estoque, é utilizada amplamente por algumas empresas e conta com a aceitação do Fisco.

Tabela 8 – Forma de mensuração dos estoques:

Opção	Quantidade	Porcentagem
Pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.	8	25,0%
Pelo preço de compra mais recente.	8	25,0%
Pelo custo de reposição daquele produto.	5	15,6%
Não me sinto apto(a) a responder	11	34,4%

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

4.1.2 Correlação entre contadores e empresários

O estudo revelou que 4 empresários estão ligados a 3 contadores que responderam os questionários e com isso foi possível fazer o cruzamento de alguns dados obtidos pelo questionário. Foram escolhidas 2 afirmativas do bloco II de respostas, no qual foi utilizado a escala Likert para analisar o grau de concordância e discordância com as afirmativas.

Os empresários A e B corresponderão ao Contador A, já os empresários C e D corresponderão aos Contadores B e C respectivamente. Na tabela 9 podemos analisar a afirmativa do conhecimento acerca do Pronunciamento Técnico PME e com isso podemos analisar que nenhum dos contadores discordam dessa afirmativa,

concluindo que possuem entendimento. Em contra partida apenas o empresário D afirma ter conhecimento sobre o CPC, o que leva a acreditar que os contadores são detentores de tal conhecimento porém não repassam para seus clientes.

Tabela 9 - Percepção dos contadores e empresários acerca do conhecimento sobre CPC PME
Possuo conhecimento sobre o CPC PME

Contador A		Contador B	Contador C
Concorda Parcialmente		Não discorda, nem concorda	Concorda Parcialmente
Empresário A	Empresário B	Empresário C	Empresário D
Discorda Parcialmente	Não discorda, nem concorda	Discorda Totalmente	Concorda Totalmente

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

Sobre a criação de um mecanismo que leve conhecimento sobre o Pronunciamento Técnico para pequenas e médias empresas aos empresários, foi obtido que todos os empresários concordam que se isso ocorresse, tal ação ajudaria na conscientização e valorização do trabalho do contador, tendo apenas o contador A se posicionado de forma neutra.

Ao confirmarem com a afirmativa os contadores B e C demonstram entender a importância desses conhecimentos para esses empresários e concordam de forma positiva com uma visão mais valorizada de seu trabalho. Dito isto, a colaboração entre contador e empresário pode vir a trazer muitos benefícios, apesar dos fatores que dificultando a implementação terem sido destacados por alguns autores como Figueiredo, Martins e Rodrigues (2016).

Tabela 10 - Percepção dos contadores e empresários sobre conhecimento do CPC PME
Acredito que se fosse criado um mecanismo para levar conhecimento sobre o CPC PME isso ajudaria na conscientização e valorização do trabalho do contador

Contador A		Contador B	Contador C
Não discorda, nem concorda		Concorda Parcialmente	Concorda Totalmente
Empresário A	Empresário B	Empresário C	Empresário D
Concorda Parcialmente	Concorda Totalmente	Concorda Parcialmente	Concorda Totalmente

Fonte: Pesquisa de campo (2019)

4.2 BLOCO B – ENTREVISTA COM CONTADOR

Concluído o a análise dos questionários, o bloco a seguir faz a análise da entrevista semiestruturada coletada com um dos contadores e conta também com uma análise crítica sobre a entrevista.

A entrevistada é contadora formada e trabalha juntamente com seu pai, tendo respondido no questionário trabalhar como contadora em um intervalo de 01 a 05 anos. Nesse contexto, em relação a sua opinião sobre qual a principal dificuldade enfrentada pelas empresas para a adoção do CPC PME ela respondeu que:

O principal fator que dificultou foi o fato do CPC ter iniciado sua implementação aqui no Brasil juntamente com o SPED. Com isso, a maior dificuldade está pelo fato do CPC não cobrar multas, mas que ainda possa ser cobrado multas caso o CFC decida fiscalizar essas empresas (Contadora, Junho, 2019).

Em relação ao SPED ela complementa que em 2013 houve cobranças de multas com valores exorbitantes, dos quais podiam levar ao fechamento das empresas. Em contra partida a Receita Federal tentou controlar isso e diminuir os valores cobrados, porém eles continuam altos (Contadora, Junho, 2019).

Sobre os empresários comenta que eles buscam ensinar seus funcionários para fazer o SPED, pois tem receio que a Receita venha a bater em sua porta e ao mesmo tempo tenta seguir a legislação, mesmo com suas dificuldades. A falta de fiscalização é um ponto de dificuldade pois o CFC não possui gente suficiente para fazer esse trabalho, ao contrário da Receita Federal que tem como ter controle disso e faz a partir do SPED (Contadora, Junho, 2019).

Dito isto, ela conclui:

Em suma, a principal dificuldade foi a implementação do SPED e os custos que seriam necessários para a fiscalização do CPC PME nessas empresas, além do tempo que seria gasto. Então, existe muitas atribuições que é bem mais fácil para as empresas maiores, apesar do CPC ter tentado simplificar as normas (Contadora, Junho, 2019).

Sobre como ela enxerga a importância do contador na sobrevivência dessas Micros, pequenas e médias empresas no Brasil, comenta que se o contador conseguir fazer a contabilidade com seus clientes, você conseguirá fazer tudo para aquela empresa, pois o contador consegue dar uma visão ampla do negócio dele, como ele está lidando com o negócio e mostrar as possibilidades que dá para se construir com as informações obtidas (Contadora, Junho, 2019).

No que tange os benefícios que podem ser gerados às empresas de pequeno e médio porte com a adoção do pronunciamento técnico, comenta:

Os benefícios estão ligados aos benefícios da contabilidade em si, pois eles vão ter a noção geral da empresa e com o Pronunciamento técnico eles vão ter noção real da empresa, não só em relação ao que o governo necessita saber (Contadora, Junho, 2019).

No que diz respeito a visão dos empresários acerca do trabalho do contador, muitos ainda enxergam como um trabalho resumido de cumprir exigências do governo e muitos não sabem o que ele pode oferecer (Contadora, Junho, 2019).

Em entrevista ela complementa que muitos empresários não param sequer para analisar seu fluxo de caixa e que alguns de seus clientes de pequeno e médio porte contratavam contador apenas para emitir DARF e fazer folha de pagamento, acreditando que o contador teria essa finalidade. Porém, quando surgiram problemas, ele conseguiu entender qual era o seu real papel, mas ainda é difícil fazer com que os empresários saibam qual é a importância do contador e ainda mais difícil para ele entender a importância do CPC PME (Contadora, Junho, 2019).

De acordo com Faria e Silva (2014) as principais dificuldades para a adoção do CPC PME se dá pela falta de divulgação, orientação e aumento de custos na prestação de serviços ao cliente. Mesmo os contadores adotando este pronunciamento na elaboração das demonstrações contábeis de seus clientes.

Conforme afirma a entrevistada, a contabilidade e o contador exercem papéis importantes para a tomada de decisão dessas empresas e para sua sobrevivência no mercado, pois dá uma visão ampla do negócio e facilita a criação de estratégias que melhoram os resultados da empresa.

Em contra partida existem muitas dificuldades para os empresários, por mais que o CPC PME tenha tentado simplificar as demonstrações, elas ainda continuam complexas para essa população e que acaba não sendo observada a importância para a gestão de um negócio como todo.

Nesse contexto caberia um trabalho de conscientização para esses empresários conseguirem perceber a importância da contabilidade para a tomada de decisão e não apenas como cumprimento de exigências do governo. Melhorar a aproximação entre contador e empresário deve ser incentivado e em consequência, ajudar na conversão de uma contabilidade adaptativa, que consiga traduzir as necessidades dessas empresas e contribuir com a geração de renda e empregos.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa buscou analisar a percepção dos empresários e contadores acerca do Pronunciamento Técnico PME. Como resultado, vimos que 62,5% dos empresários não têm conhecimento do CPC PME e sequer usam as suas informações como ferramenta de gestão (43,8%), por outro lado os contadores analisados mostram ter conhecimento das normas, mesmo não sendo por completo.

Dessa forma, os resultados dessa pesquisa evidenciaram que tanto os empresários quanto os contadores enxergam que o contador e a contabilidade exercem papel importante para os resultados da empresa e para a sobrevivência dessas pequenas empresas. Por outro lado, falta conhecimento por parte dos empresários do Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias empresas.

Foi revelado ainda que apesar dos contadores afirmarem (66,7%) que não possuem certeza da valorização da contabilidade por parte dos empresários, 62,5% dos empresários afirmaram que se fosse criado um mecanismo de levar conhecimento aos gestores sobre o CPC PME, isso ajudaria na conscientização e na valorização do trabalho do contador, revelando que ainda existe a ausência dos contadores nessas empresas, tendo 21,9% dos empresários revelados sentir falta dos contadores em suas empresas.

Nesse contexto o papel do contador como consultor desses empresários se revela importante, tendo em vista que 28,1% dos entrevistados não possuíam conhecimento sobre a contabilidade, mas que revelam afirmar interesse em buscar conhecimento sobre a contabilidade (43,8%). Em relação aos contadores, 50% acredita que o conhecimento sobre o CPC auxilia a tomada de decisão e que se fosse criado um mecanismo de levar conhecimento sobre o CPC ajudaria na valorização do contador (50%).

Se tratando de normas e alterações das leis, 83,3% dos contadores informaram buscar sempre se atualizar sobre o assunto. Com isso, o contador pode auxiliar e melhorar a relação de aproveitamento de incentivos e garantia de direitos para os empresários, pois a maioria (46,9%) ainda acredita que as normas vigentes no país não facilitam a condução do negócio.

Nesse contexto, em relação ao bloco de cinco perguntas específicas sobre o CPC, os empresários não souberam responder a maioria delas, porém boa parte conseguiu acertar as perguntas sobre o objetivo das demonstrações contábeis, da

necessidade de fazer uma avaliação da capacidade da entidade continuar em operação em futuro previsível, além do conjunto completo de demonstrações financeiras. Com isso, vemos que esses empresários entendem as exigências e existência de determinadas obrigações, mesmo seu conhecimento não ter advindo dos Pronunciamentos técnicos PME.

Já os contadores conseguiram acertar quase que totalmente todas as cinco perguntas específicas, corroborando com o resultado de que apenas 33,3% concordam parcialmente e 16,7% dos entrevistados concordam totalmente possuir conhecimento do Pronunciamento Técnico por completo.

Não obstante, cabe ressaltar que o trabalho teve como limitação o escopo da pesquisa, sendo coletadas as informações de forma aleatória, sem a consulta de dados quantitativos advindos da população total de João Pessoa, de acordo com o porte de cada empresa. Em vista dessa ocorrência, sugere-se que pesquisas futuras busquem fazer uma análise mais pontual, tendo como foco apenas as pequenas e médias empresas, verificando melhor a percepção desse grupo de empresários que estão abrangidos pelo CPC PME.

REFERÊNCIAS

ALBU, C. N. *et. al.* Implementation of IFRS for SMEs in Emerging Economies: Stakeholder Perceptions in the Czech Republic, Hungary, Romania and Turkey. **Journal of international financial management & accounting**, Malden, n. 2, v.24, p. 140-174, maio, 2013.

ALMEIDA, J. E. F. de; CARDOSO, R. L.; RODRIGUES, A.; ZANOTELI, E. J. **Contabilidade das pequenas e médias empresas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

AMENÁBAR, A. M. H. **Harmonização contábil em cinco países da América do Sul**. Orientador: Prof. Luiz Nelson Guedes de Carvalho. 2001. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. São Paulo, 2001.

ANTUNES, M. T. P.; GRECCO, H. F.; FORMIGONI, H.; NETO, O. R. M. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. **Revista de economia & relações internacionais**, São Paulo, n. 20, v.10, p. 5-19, jan, 2012.

AZEVEDO, O. R. **Comentários às novas regras contábeis brasileiras**. 5º ed. São Paulo: IOB, 2010.

BALDARELLI, M. G.; DEMARTINI, P.; MOSNJA-SKARE, L.; PAOLONI, P. Accounting Harmonization for SME-s in Europe: Some Remarks on IFRS for SME-s and Empirical Evidences. **Economic Research - Ekonomska Istrazivanja**. n. 1, v. 25, p. 1-26, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Comunicado nº. 014259**. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/normativo/detalharNormativo.do?method=detalharNormativo&N=106064950>. Acesso em 22 jun. 2019.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. **International Accounting Standards and Accounting Quality**, Chicago, n. 3, v. 46, p. 467-498, jun, 2008.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIANCHI, C.; BIVONA, E. **Fostering small business growth and entrepreneurial learning through accounting and system dynamics models**. Nápolis: International Council For Small Business Conference, 1999.

BOTINHA, R. A.; LEMES, S. IFRS para pequenas e médias empresas: Percepção sobre a adoção das normas internacionais no Brasil. **Revista de Administração e Contabilidade (ReAC)**, Feira de Santana: n. 3, v. 5, p. 117-135, set-dez, 2016.

BOTZEM, S.; QUACK, S. (No) Limits to Anglo-American accounting? Reconstructions the history of the International Accounting Standards Committee: a

review article. **Accounting, Organizations and Society**, Berlin, n. 1, v. 34, p. 988-998, nov., 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 22 jun. 2019.

BRASIL. Lei complementar nº 123 de 14 de Dezembro de 2006. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp123.htm. Acesso em 23 jun. 2019.

BRASIL. Lei complementar nº 147 de 7 de Agosto de 2014. Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, e as Leis nos 5.889, de 8 de junho de 1973, 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, 9.099, de 26 de setembro de 1995, 11.598, de 3 de dezembro de 2007, 8.934, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 8.666, de 21 de junho de 1993; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp147.htm. Acesso em 23 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 6.404 de 15 de Dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em 23 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.638 de 28 de Dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm. Acesso em 23 jun. 2019.

BRASIL. Lei nº 11.941 de 27 de Maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica; institui regime tributário de transição, alterando o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.218, de 29 de agosto de 1991, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.469, de 10 de julho de 1997, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 10.426, de 24 de abril de 2002, 10.480, de 2 de julho de 2002, 10.522, de 19 de julho de 2002, 10.887, de 18 de junho de 2004, e 6.404, de 15 de dezembro de 1976, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e as Leis nºs 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 10.925, de 23 de julho de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 11.116, de 18 de maio de 2005, 11.732, de 30 de junho de 2008, 10.260, de 12 de julho de 2001, 9.873, de 23 de novembro de 1999, 11.171, de 2 de setembro de 2005, 11.345, de 14 de setembro de 2006; prorroga a vigência da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995; revoga dispositivos das Leis nºs 8.383, de 30 de dezembro de 1991, e 8.620,

de 5 de janeiro de 1993, do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, das Leis nºs 10.190, de 14 de fevereiro de 2001, 9.718, de 27 de novembro de 1998, e 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.964, de 10 de abril de 2000, e, a partir da instalação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, os Decretos nºs 83.304, de 28 de março de 1979, e 89.892, de 2 de julho de 1984, e o art. 112 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm. Acesso em 23 jun. 2019.

CANECA, R. L.. **Oferta e Procura de Serviços Contábeis para Micro, Pequenas e Médias Empresas**: um estudo comparativo das percepções dos empresários e contadores. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UNB/ UFPE/ UFPB/ UFRN. 2008.

CANECA, R. L. *et. al.* A influência da Oferta de Contabilidade Gerencial na Percepção da Qualidade dos Serviços Contábeis Prestados aos Gestores de Micro, Pequenas e Médias Empresas **Pensar contábil**, Rio de Janeiro, n. 43, v.11, p. 35-44, jan-mar, 2009.

CALLADO, A. L. C. *et. al.* **Gestão de Custos no Processo Decisório**: Uma Análise da Indústria de Confecções. *In*: SIMPÓSIO DE ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO, LOGÍSTICA E OPERAÇÕES INTERNACIONAIS - SIMPOI, 2003, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo, 2003.

CARMO, C. H. S; RIBEIRO, A. M.; CARVALHO, L. N. G. Convergência de fato ou de direito? A influência do sistema jurídico na aceitação das normas internacionais para pequenas e médias empresas. **Revista de contabilidade e finanças**, São Paulo: n. 57, v. 22, p. 242-262, set-out-nov-dez, 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamento Técnico PME (R1)**: contabilidade para pequenas e médias empresas. Brasília, 2011. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/392_CPC_PMEeGlossario_R1.pdf Acesso em: 29 jun. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.055/2005 de 7 de outubro de 2005**. Cria o comitê de pronunciamentos contábeis – (CPC), e dá outras providências, Brasília, 2005. Disponível em: http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2005/001055. Acesso em 25 jun. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.255/2009 de 10 de dezembro de 2009** . Aprova a NBC TG 1000 – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, Brasília, 2009. Disponível em: <https://www.iasplus.com/de/binary/americas/0912cfcresolution.pdf>. Acesso em 25 jun. 2019.

COSTA, F. J. **Mensuração e desenvolvimento de escalas**: aplicações em administração. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

EI HAJJ, Z. S.; LISBOA, L. P. Business combinatione Consolidação das Demonstrações Contábeis: Uma Abordagem Comparativa entre os Pronunciamentos e Normas dos USGAAP, IASC e Brasil. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, n. 27, v. 16, p. 33-58, set-dez, 2001.

FARIA, C. T. A.; SILVA, D. M. A adoção do CPC PME – contabilidade para pequenas e médias empresas. **Revista de contabilidade da UFBA**, Salvador, n. 3, v. 8, p.75-91, set-dez, 2014.

FIGUEIREDO, L. M.; MARTINS, A. L.; RODRIGUES, J. M. Normas internacionais de contabilidade para empresas de pequeno porte do Distrito Federal: identificação dos principais obstáculos quanto à adoção do CPC PME. **Organizações em contexto**, São bernado do Campo, n. 24, v. 12, jul-dez, 2016.

GONÇALVES, K.; COUTINHO, L. A importância da contabilidade para as micro e pequenas empresas como ferramenta de tomada de decisão. **REGRAD – Revista Eletrônica de Graduação do UNIVEM**, Marília, n.1, v. 11, p. 420-435, mar, 2019.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em Pesquisa Social**. 4 ed. São Paulo: Nacional, 1972.

IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R., & SANTOS, A. dos. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2013.

JAGGI, B.; LOW, P. Y. Impact of Culture, Market Forces, and Legal System on Financial Disclosures. **The international journal of accounting**, New Brunswick, n. 4, v. 35, p. 495-519, 2000.

JOCHEM, L. **Contabilidade para pequenas e médias empresas**: de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo: Foco Editorial, 2011.

LARSON, R. K.; STREET, D. L. Convergence with IFRS in na expanding Europe: progress and obstacles indentified by large accounting firms' survey. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*, Dayton, n.1, v.13, p.89-119, set., 2004.

LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G. **Efeito da Convergência das Normas Contábeis Brasileiras para as Normas Internacionais do IASB**. *In: IV CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE*, 2004, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo: USP, 2004.

LIMA, M. R. dos S. *et. al.* **Uma contribuição à importância do fluxo de informações contábeis no processo decisório das micro e pequenas empresas: uma pesquisa realizada na cidade do Recife no estado de Pernambuco**. *In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE PESQUISA EM EMPREENDEDORISMO NA AMÉRICA LATINA - CIPEAL*, 2004, Rio de Janeiro. **Anais [...]**, Rio de Janeiro, 2004.

LOPES, A. B.; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade**: uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2007.

LUNARDI, G. L.; DOLCI, P. C.; MAÇADA, A. C. G. Adoção de tecnologia de informação e seu impacto no desempenho organizacional: um estudo realizado com micro e pequenas empresas. **Revista de Administração**, n.1, v. 45, p. 5-17, jan/fev/mar, 2010.

MARRIOTT, N.; MARRIOTT P. Professional accountants and the development of a management accounting service for the small firm: barriers and possibilities. **Management Accounting Research**, n. 4, v. 11, p. 475-492, dez, 2000.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**: metodologia, planejamento, execução e análise. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MELSOHN, M. C. M. **Processo de internacionalização de pequenas e médias empresas brasileiras** – São Paulo: FGV EAESP, 2006.

MENEZES, F.D.; LUZ, J.R.M.; CARVALHO, J.R.M.; CAVALCANTE, P.R.N. Processo de convergência contábil das pequenas e médias empresas brasileiras aos padrões internacionais: percepção dos contabilistas de Campina Grande, PB. **Registro Contábil – UFAL**, Maceió: n.2, v. 5, p. 1-20, maio/ago, 2014.

MIRANDA, L. C.; LIBONATI, J. J.; FREIRE, D. R.; SILVA NETO, O. S. Demanda por Serviços Contábeis pelos Mercadinhos: são os contadores necessários? **Contabilidade Vista e Revista**, Recife, n. 1, v. 19, p. 131-151, jan/mar, 2008.

MUNDO, C. L. S. **Convergência das normas contábeis brasileiras ao padrão internacional com ênfase na ITG 1000**: uma pesquisa de campo sobre a adaptação das organizações contábeis na região da amrec. Orientador: Prof. Esp. Everton Perin. 2013. Dissertação (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2013.

NOBES, C. The survival of international differences under IFRS : towards a research agenda. **Accounting and Business Research**, n. 3, v. 36, p. 233-245, fev, 2006.

NUNES, L. C.; SERRASQUEIRO, Z. M. S. A informação contabilística nas decisões financeiras das pequenas empresas. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, n. 36, v. 15, set/dez, 2004.

OLEIRO, W. N.; DAMEDA, A. das N. **O uso da informação contábil na gestão de micro e pequenas empresas atendidas pelo programa de extensão empresarial NEE/FURG**. In: CONVENÇÃO DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 2005, Rio Grande do Sul. **Anais [...]**, Rio Grande do Sul, 2005.

OLIVEIRA, A. G. de et. al. A utilização das informações geradas pelo sistema de informação contábil como subsídio aos processos administrativos nas pequenas empresas. **Revista FAE**, Curitiba, n. 3, v.3, p. 1-12, set/dez, 2000.

PADOVEZE, C. L.; BENEDICTO, G. C. de; LEITE, J. da S. J. **Manual de contabilidade internacional: IFRS – US Gaap – BR Gaap: teoria e prática**. São Paulo: Cengage Learnig, 2011.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Conversão das demonstrações contábeis**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PRADO, T. A. dos R.; TEIXEIRA, B. R.; BERNARDINO, F. F. M.; LEMES, S. **A utilização do pronunciamento do CPC para as pequenas e médias empresas: um estudo nas cidades de Araguari, Uberaba e Uberlândia - MG**. In: XIV SemeAd, 2011, São Paulo. **Anais [...]**, São Paulo, 2011.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de F. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SALOTTI, B. M. *et. al.* **IFRS no Brasil: temas avançados abordados por meio de casos reais**. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, A. A. dos *et. al.* A percepção do profissional contábil no processo de convergência nas pequenas e médias empresas na região metropolitana do Recife – PE. **Revista UNEMAT de contabilidade**, Recife, n. 13, v. 7, p. 1-23, fev, 2018.

SANTOS, F. de A.; VEIGA, W. E. **Contabilidade: com ênfase em micro, pequenas e médias empresas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

SANTOS, G. M. **Critérios utilizados pelos escritórios contábeis na adoção Inicial do Pronunciamento CPC PME**. 2012. Orientador: Prof. Dr. Henrique Formigoni. Dissertação (Mestrado em Controladoria Empresarial) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012.

SEBRAE. **Mais de um milhão de pequenos negócios podem surgir no próximo ano**, 01 de outubro de 2018. Disponível em: <http://www.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/NA/mais-de-um-milhao-de-pequenos-negocios-podem-surgir-no-proximo-ano,115598274d026610VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em 25 maio 2019.

SOUZA, A. C. de; FIALHO, F. A. P.; OTANI. **TCC: Métodos e Técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.


STROHER, A. M.; FREITAS, H. O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. **Revista de Administração (RAUSP-e)**, São Paulo, n. 1, v. 1, p. xx-yy, jan./jun., 2008.

TRAZZI, L; MARTINS, V. F. Percepção do Profissional Contábil sobre o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para Pequenas e Médias Empresas. **Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, Uberlândia, n.22, v.6, p. 81-96, 2018.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UMBELINO, Wesley Serbim. **Avaliação qualitativa do desequilíbrio da oferta de serviços contábeis nas micros, pequenas e médias empresas da grande Recife**. 2008. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multiinstitucional e Interregional de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UNB/ UFPE/ UFPB/ UFRN, 2008.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO CONTADOR

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS</p>
---	--

Este questionário tem por finalidade identificar a percepção dos empresários acerca dos pronunciamentos técnicos contábeis. A pesquisa faz parte da realização do trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba do discente Raickson Agostinho dos Santos Silva sob orientação da Profª Ms. Thamirys de Sousa Correia. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos, sendo realçado que as respostas representam apenas a sua opinião individual e percepção acerca dos assuntos abordados e após processados serão comparados com o questionário obtido pelos seus clientes. Solicitamos que respondam de forma espontânea e sincera todas as questões. Na maioria das questões terá apenas de assinalar a sua opção de resposta e na segunda seção analisar o nível de concordância com as afirmações expostas.

Obrigado pela sua colaboração.

BLOCO I: PERFIL DO ENTREVISTADO

1. Nome do Escritório/Organização do qual faz parte:

2. Gênero:

() Masculino

() Feminino

() Outro: _____

3. Faixa etária:

() Até 20 anos

() Entre 21 e 29 anos

() Entre 30 e 39 anos

- ☐ Entre 40 e 49 anos
- ☐ Acima de 50 anos

4. Tempo de serviço como Contador:

- ☐ Até 1 ano
- ☐ Entre 02 e 05 anos
- ☐ Entre 06 e 10 anos
- ☐ Mais de 11 anos

5. Meios utilizados para capacitação sobre o Pronunciamento Técnico PME
(possibilidade de marcar mais de uma questão).

- ☐ Palestras e Seminários.
- ☐ Livros, revistas e Pronunciamento Técnico PME.
- ☐ Internet (artigos, blogs e revistas eletrônicas).
- ☐ Nenhum meio de capacitação sobre o Pronunciamento Técnico PME.

BLOCO II: PERCEPÇÃO ACERCA DO ASSUNTO

Nessa seção poderá ser analisado o grau de concordância ou discordância a respeito das afirmativas.

6. As perguntas a seguir enquadram-se na seguinte escala de resposta: de 1 = Discordo totalmente a 5 = Concordo Totalmente. Os valores 2, 3 e 4 representam posições intermediárias.					
	1	2	3	4	5
6.1. Possuo conhecimento a respeito do CPC PME por completo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.2. Utilizo o CPC PME para a elaboração das demonstrações contábeis das PMEs que atendo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.3. Visito as empresas para qual trabalho regularmente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.4. As PMEs que atendo solicitam demonstrações contábeis para obtenção de capital junto a bancos e financiadoras.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.5. Se para a análise de crédito junto a instituições financeiras fosse necessária a elaboração de demonstrações contábeis segundo o CPC PME, as PMEs adotariam a norma mesmo que para isso incorresse em custos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Continua na próxima página.

6.6. Acredito que o conhecimento sobre o CPC PME auxilia na tomada de decisão dos gestores.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.7. Existe preocupação das empresas para adotar as normas estabelecidas no CPC PME.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.8. Acredito que a contabilidade e a profissão do contador são reconhecidas e valorizadas pelos empresários;	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.9. Busco sempre me atualizar sobre as normas e alterações das leis do país.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.10. Acredito que se fosse criado para meus clientes um mecanismo de levar conhecimento sobre os pronunciamentos técnicos isso ajudaria na conscientização e valorização do trabalho do contador.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

BLOCO III: CONHECIMENTOS SOBRE O CPC

Nessa seção encontram-se perguntas objetivas para analisar o conhecimento sobre o Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias empresas.

7. O objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é:
- ☐ oferecer apenas informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial)
 - ☐ oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxo de caixa.
 - ☐ oferecer informações sobre fluxo de caixa e desempenho (resultado e resultado abrangente).
 - ☐ Não me sinto apto(a) para responder.
8. A entidade cujas demonstrações contábeis estiverem em conformidade com o pronunciamento técnico (CPC PME) deve:
- ☐ comunicar ao fisco sobre sua conformidade
 - ☐ fazer uma declaração explícita e sem reservas dessa conformidade nas notas explicativas.
 - ☐ fazer um cadastro na junta comercial declarando estar em conformidade com o CPC.
 - ☐ Não me sinto apto(a) para responder.
9. Ao elaborar as demonstrações contábeis a administração deve:
- ☐ fazer uma avaliação dos estoques da empresa.
 - ☐ fazer uma avaliação da capacidade da entidade continuar em operação em futuro previsível.
 - ☐ fazer uma avaliação de controle das atividades da empresa.
 - ☐ Não me sinto apto(a) para responder.

10. O conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade de acordo com o CPC PME deve incluir:

() Balanço patrimonial; Demonstração do resultado do exercício; Demonstração das mutações do patrimônio líquido; Demonstração dos fluxos de caixa.

() Balanço patrimonial; Demonstração do resultado do exercício; Demonstração das mutações do patrimônio líquido; Demonstração dos fluxos de caixa. Demonstração do valor adicionado.

() Balanço patrimonial; Demonstração do resultado do exercício; Demonstração do resultado abrangente; Demonstração das mutações do patrimônio líquido; Demonstração dos fluxos de caixa; Notas explicativas.

() Não me sinto apto(a) para responder.

11. Como deve ser feita a mensuração dos estoques.


() Pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

() Pelo preço de compra mais recente.

() Pelo custo de reposição daquele produto.

() Não me sinto apto(a) para responder.

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO EMPRESÁRIOS

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS</p>
---	--

Este questionário tem por finalidade identificar a percepção dos empresários acerca dos pronunciamentos técnicos contábeis. A pesquisa faz parte da realização do trabalho de conclusão do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal da Paraíba do discente Raickson Agostinho dos Santos Silva sob orientação da Profª Ms. Thamirys de Sousa Correia. Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos, sendo realçado que as respostas representam apenas a sua opinião individual e percepção acerca dos assuntos abordados e após processados serão comparados com o questionário obtido pelos seus contadores. Solicitamos que respondam de forma espontânea e sincera todas as questões. Na maioria das questões terá apenas de assinalar a sua opção de resposta e na segunda seção analisar o nível de concordância com as afirmações expostas.

Obrigado pela sua colaboração.

BLOCO I: PERFIL DO ENTREVISTADO
--

1. Nome do Contador ou Escritório que faz sua contabilidade:

2. Gênero:

a) () Masculino

b) () Feminino

c) () Outro: _____

3. Faixa etária:

- a) ☐ Até 20 anos
- b) ☐ Entre 21 e 29 anos
- c) ☐ Entre 30 e 39 anos
- d) ☐ Entre 40 e 49 anos
- e) ☐ Acima de 50 anos

4. Tempo de serviço d a empresa:

- a) ☐ Até 1 ano
- b) ☐ Entre 01 e 05 anos
- c) ☐ Entre 06 e 10 anos
- d) ☐ Mais de 11 anos

5. Em qual porte está enquadrada sua organização?

- a) ☐ Microempreendedor Individual
- b) ☐ Microempresa (ME)
- c) ☐ Empresa de Pequeno Porte (EPP)
- d) ☐ Empresa de Médio Porte

6. Meios que tomou conhecimento sobre o Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias Empresas (possibilidade de marcar mais de uma questão).

- a) ☐ Palestras e Seminários.
- b) ☐ Livros, revistas e Pronunciamento Técnico PME.
- c) ☐ Internet (artigos, blogs e revistas eletrônicas).
- d) ☐ Nenhum meio de capacitação sobre o Pronunciamento Técnico PME.

BLOCO II: PERCEPÇÃO ACERCA DO ASSUNTO

Nessa seção poderá ser analisado o grau de concordância ou discordância a respeito das afirmativas.

7. As perguntas a seguir enquadram-se na seguinte escala de resposta: de 1 = Discordo totalmente a 5 = Concordo Totalmente. Os valores 2, 3 e 4 representam posições intermediárias.					
	1	2	3	4	5
7.1. Possuo conhecimento a respeito do CPC PME.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.2. Meu contador costuma visitar o ambiente da minha empresa e aconselhar sobre melhorias.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.3. Acredito que meu contador utiliza o CPC PME para elaboração das demonstrações contábeis do seu negócio	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.4. Utilizo as informações obtidas no CPC PME para gerir a empresa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.5. Já utilizei as demonstrações contábeis para obtenção de capital junto a bancos e financiadoras.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Continua na próxima página.

7.6. Se para a análise de crédito junto a instituições financeiras fosse necessária a elaboração de demonstrações contábeis segundo o CPC PME, eu adotaria a norma mesmo que para isso incorresse em custos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.7. Possuía conhecimento sobre contabilidade antes de abrir meu negócio.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.8. Tenho interesse em buscar conhecimentos sobre a contabilidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.9. Acredito que as normas vigentes hoje no país facilita a condução do meu negócio.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.10. Acredito que o contador exerce papel importante para os resultados da minha empresa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.11. Acredito que a contabilidade tem papel importante para a sobrevivência das Micro, Pequenas e Médias Empresas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.12. Acredito que se fosse criado um mecanismo de levar conhecimento aos empresários sobre os pronunciamentos técnicos isso ajudaria na conscientização e valorização do trabalho do contador.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

BLOCO III: CONHECIMENTOS SOBRE O CPC

Nessa seção encontram-se perguntas objetivas para analisar o conhecimento sobre o Pronunciamento Técnico para Pequenas e Médias empresas.

8. O objetivo das demonstrações contábeis de pequenas e médias empresas é:
- a) ☐ oferecer apenas informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial)
 - b) ☐ oferecer informação sobre a posição financeira (balanço patrimonial), o desempenho (resultado e resultado abrangente) e fluxo de caixa.
 - c) ☐ oferecer informações sobre fluxo de caixa e desempenho (resultado e resultado abrangente).
 - d) ☐ Não me sinto apto(a) para responder.
9. A entidade cujas demonstrações contábeis estiverem em conformidade com o pronunciamento técnico (CPC PME) deve:
- a) ☐ comunicar ao fisco sobre sua conformidade
 - b) ☐ fazer uma declaração explícita e sem reservas dessa conformidade nas notas explicativas.
 - c) ☐ fazer um cadastro na junta comercial declarando estar em conformidade com o CPC.
 - d) ☐ Não me sinto apto(a) para responder.
10. Ao elaborar as demonstrações contábeis a administração deve:
- a) ☐ fazer uma avaliação dos estoques da empresa.
 - b) ☐ fazer uma avaliação da capacidade da entidade continuar em operação em futuro previsível.
 - c) ☐ fazer uma avaliação de controle das atividades da empresa.
 - d) ☐ Não me sinto apto(a) para responder.


11. O conjunto completo de demonstrações contábeis da entidade de acordo com o CPC PME deve incluir:

- a) ☐ Balanço patrimonial; Demonstração do resultado do exercício; Demonstração das mutações do patrimônio líquido; Demonstração dos fluxos de caixa.
- b) ☐ Balanço patrimonial; Demonstração do resultado do exercício; Demonstração das mutações do patrimônio líquido; Demonstração dos fluxos de caixa. Demonstração do valor adicionado.
- c) ☐ Balanço patrimonial; Demonstração do resultado do exercício; Demonstração do resultado abrangente; Demonstração das mutações do patrimônio líquido; Demonstração dos fluxos de caixa; Notas explicativas.
- d) ☐ Não me sinto apto(a) para responder.

12. Como deve ser feita a mensuração dos estoques.

- a) ☐ Pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.
- b) ☐ Pelo preço de compra mais recente.
- c) ☐ Pelo custo de reposição daquele produto.
- d) ☐ Não me sinto apto(a) para responder.

APÊNDICE C – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM CONTADOR

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS</p>
---	--

1. Em sua opinião, qual a principal dificuldade enfrentada pelas empresas para a adoção do CPC PME?
2. Como você enxerga a importância do contador na sobrevivência dessas Micro, Pequenas e Médias empresas no Brasil?
3. Quais são os benefícios que podem ser gerados às empresas de pequeno e médio porte com a adoção do pronunciamento técnico?
4. Como é a visão dos empresários acerca do trabalho do contador?

APÊNDICE D – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Relatório de Avaliação Trabalho de Conclusão de Curso

Corrigido pelo Prof. Edson Franco

Considerações Feitas:	Ajustes Adotados:
<p>Na introdução verifico que é preciso deixar claro que o estudo versará sobre as Pequenas e Médias Empresas, conceituadas na NBC TG 1000, pois ao iniciar fala-se nas empresas enquadradas no SIMPLES NACIONAL que se refere a um enquadramento fiscal. Neste caso também chamo atenção para o fato de que há uma norma para Microempresas que é a ITG 1000, assim reforço a necessidade de esclarecer melhor este ponto.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Foi especificado na introdução que o presente estudo foi baseado nas empresas conceituadas na NBC TG 1000. Assim como discutido melhor a ITG 1000.
<p>Quanto ao problema de pesquisa acredito que está um pouco grande para pouco tempo de desenvolvimento de TCC, o ideal seria escolher um alvo ao invés de dois.</p>	<ul style="list-style-type: none"> A pesquisa levou em consideração os empresários e sua percepção, não excluindo os resultados já obtidos com os contadores, sendo utilizados na discussão dos resultados.
<p>Em relação a amostra acredito que possa ser reduzida, pois, transparece que a amostra é demasiadamente grande, cita os contadores sem definir qual região, digo isto porque da forma que está posso pensar nos Contadores do Brasil; Mundo; Região Nordeste. Ainda nesse sentido verificamos que as páginas 08 o autor define a cidade de João pessoa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Foi especificado que a amostra escolhida foi na cidade de João Pessoa, assim como nos resultados obtidos

Continua na próxima página

<p>Encontramos no Referencial Teórico um item dedicado ao SPED que ao nosso ver não se faz necessário para o trabalho.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O mencionado tópico foi retirado da revisão bibliográfica.
<p>Nas referências sentimos falta de mais artigos, pelo menos uns cinco que abordassem este estudo proposto, além do que não é de bom alvitre uma matéria de revista, que no caso em epígrafe é Revista Exame.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • ANTUNES, M. T. P.; GRECCO, H. F.; FORMIGONI, H.; NETO, O. R. M. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. São Paulo: Revista de Economia e Relações Internacionais/Faculdade de Economia da Fundação Armando Alves Penteado, 2007. • BOTINHA, Reiner Alves; LEMES, Sirlei. IFRS para pequenas e médias empresas: Percepção sobre a adoção das normas internacionais no Brasil. Feira de Santana: Revista de Administração e Contabilidade – FAT, 2016. • CARMO, C. H. S; RIBEIRO, A. M.; CARVALHO, L. N. G. Convergência de fato ou de direito? A influência do sistema jurídico na aceitação das normas internacionais para pequenas e médias empresas. São Paulo: R. Cont. Fin., 2011. • GONÇALVES, Karine Aguiar; COUTINHO, Lucas. A importância da contabilidade para as micro e pequenas empresas como ferramenta de tomada de decisão. Marília: REGRAD, UNIVEM, 2018. • TRAZZI, Larissa; MARTINS, Vidigal Fernandes. Percepção do Profissional Contábil sobre o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para Pequenas e Médias Empresas. Uberlândia: RAGC, 2018.